

AS (RE) APROPRIAÇÕES DOS RECURSOS NATURAIS DOS TERRITÓRIOS SEMIÁRIDOS E AS POSSIBILIDADES DE PESQUISAS PAUTADAS NA CONVIVÊNCIA

Luzineide Dourado Carvalho*

RESUMO

O artigo apresenta os sentidos de natureza no Semiárido Brasileiro, problematizando que há duas vertentes contemporâneas que se confrontam como projetos para o desenvolvimento dos territórios semiáridos. A ideia-projeto da 'Convivência se fundamenta na ressignificação e reapropriação social da natureza semiárida, compreendendo-a de forma contextual e relacional e numa perspectiva cultural, atua nas territorialidades, uma vez que apreende o Semiárido como território simbólico-cultural, delineado pelos contextos geo-ambientais e pela diversidade de povos que compõem um mosaico complexo e multidimensional. E tem-se a reinvenção da natureza, que numa fundamentação econômica, atua na construção da semiaridez como vantagem, aproveitando-se das potencialidades de uso da Caatinga, da alta insolação, dos minerais, das energias alternativas (solar, eólica, etc.). O sucesso econômico alcançado se dá apenas nos territórios selecionados pelo capital e através da forte cientificação e tecnificação dos processos de produção e produtividade. Portanto, a análise que se pretende neste artigo, é como poderemos pensar as possibilidades de pesquisas com os recursos naturais do Semiárido Brasileiro, que, de um lado, fomenta a produção do conhecimento sobre as potencialidades deste território; e, de outro, que essas pesquisas não abram mão das garantias de uso e acesso dos povos e comunidades rurais tradicionais e não tradicionais aos benefícios do uso dos recursos de seus territórios de vida, de trabalho e de cultura. O caminho pelo 'bom uso' da natureza nos aponta uma alternativa possível de seguir, apostando na Convivência como um projeto de desenvolvimento prudente e ecocentrado.

Palavras-chave: Natureza; Territórios semiáridos; Convivência.

RESUMEN

(RE) APROPIACIÓN DE LOS RECURSOS NATURALES DE LOS TERRITORIOS SEMIÁRIDOS Y POSIBILIDADES DE INVESTIGACIÓN GUIADA POR LA CONVIVENCIA

El artículo presenta la naturaleza de lo que significa en semiárido brasileño, cuestionando que hay dos líneas contemporáneas que confrotam como proyectos para el desarrollo de los territorios semiáridos. La idea-proyecto Convivencia se basa en la reinterpretación y la reapropiación social de la naturaleza semiárido, la comprensión del contexto y la forma relacional y una perspectiva cultural, opera en territorialidades ya que agarra el semiárido como territorio simbólico-culturales, delineado por los contextos geo-ambiental y la diversidad de las personas que conforman un mosaico complejo y multidimensional. Y hay es la 'reinvención de la naturaleza, cuyos fundamentos económicos operar en la construcción de ventajas semiáridas, aprovechando el potencial del uso de Caatinga, alta insolación, minerales, energía alternativa (solar, eólica, etc.). El éxito económico sólo se produce en ciertos territorios por el capital y el fuerte científicación y automatización de los procesos de producción y la productividad. Por lo tanto, el análisis que se pretende en este artículo, es ¿cómo podemos pensar en las posibilidades de la investigación sobre los recursos naturales del semiárido brasileño, que, por un lado, promueve la producción de conocimiento sobre el potencial de este territorio; y por otro, que estos estudios no renuncian al uso de la garantía y el acceso de las personas y de las comunidades rurales (tradicionales onono) y los beneficios del uso de los recursos de sus territorios la vida, el trabajo y la cultura. La forma en que el "buen uso" de la naturaleza nos muestra una posible alternativa siguiente, centrado en la convivencia como un ecologismo de los proyectos y desarrollo prudente.

Palabras clave: Naturaleza; Zonas semiaridas; Convivencia.

* Doutora em Geografia, Professora da Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas Campus III (DCH/UNEB III), Juazeiro, Bahia, Brasil. E-mail: luzdourado-13@hotmail.com

Introdução

Pautar o debate sobre as pesquisas nos recursos naturais do Semiárido Brasileiro (SAB)¹ nos leva necessariamente, a tocar nas institucionalidades empreendidas via políticas públicas, discursos, representações e imaginários sociais de sentidos de território e de natureza postos ao longo do tempo por grupos políticos, econômicos e sociais, sejam estes associados à esfera do poder público ou dos movimentos sociais articulados em torno de novas e outras propostas de desenvolvimento para este território.

Falar de recursos naturais do SAB implica também, tentar compreender como a sociedade civil representada pelas Organizações Não Governamentais e movimentos sociais e alguns setores governamentais, tais como, Agências e Órgãos de desenvolvimento, pesquisa e inovação e Universidades Públicas estão procurando, nessas últimas décadas consolidar nova e outra racionalidade, que destacaremos aqui como uma ‘racionalidade ambiental’², cuja articulação e mobilização se faz em torno da ideia-projeto da “Convivência com o Semiárido Brasileiro”, movendo um processo de resignificação da semiaridez pelo sentido da prudência e da ética do bom uso da natureza.

Por outro lado, podemos ainda dizer que os sentidos contemporâneos de natureza semiárida guardam e até se acirram nas últimas décadas, a partir das intenções da apropriação e dominação dos seus recursos naturais, em especial, água, terra e biodiversidade da Caatinga, via capitalização da natureza, empreendida pela corrente da ‘reinvenção da natureza’ cujo

discurso se faz pela ‘semiaridez como vantagem’.

Tal lógica guarda a intencionalidade de gerar e produzir pesquisas a partir do que este território dispõe (ainda) como recursos não aproveitados, considerados hoje, dentro do panorama mundial, fontes sustentáveis e de reserva de biomassa, de potencialidades e de recolocação da Caatinga dentro dos interesses da biotecnologia, da alta insolação dentro dos interesses do capitalismo agrário para inserir ou consolidar áreas selecionadas para instalação de grandes projetos, tais como, as vinícolas.

Tais empreendimentos se colocam em confronto com os interesses daqueles que vivem e sobrevivem desses mesmos recursos, organizando suas vidas e estabelecendo interações produtivas, culturais e simbólico-culturais com seus territórios.

Portanto, o debate aqui proposto, é pensarmos nas possibilidades de pesquisas com os recursos naturais do SAB que fomentam a produção do conhecimento via estudos e pesquisas e possamos avançar em quais formas podem ser agenciadas para construir outro projeto de desenvolvimento para os territórios semiáridos, tendo como condição ética, ofertar garantias de uso e acesso dos povos e comunidades rurais tradicionais e não tradicionais aos benefícios do uso dos recursos de seus territórios de vida, de trabalho e de cultura.

Enfim, como podemos assegurar que, nossas pesquisas tenham como princípio à Convivência, em seu sentido ontológico de *ser-com-o-outro-no-mundo*? Como pautarmos a sociabilidade nas diferenças

1 Semiárido Brasileiro é uma convenção da UNCCD/ONU para designar as áreas susceptíveis aos processos de desertificação, secas e degradação das terras, no Brasil. Compreende 11 estados brasileiros, sendo estes: AL, BA, CE, ES, MA, MG, PB, PE, PI, RN e SE, correspondendo nestes aos 1.488 municípios classificados como semiáridos, subsumidos secos e de área de entorno (nota da autora).

2 Um conceito posto por Enrique Leff (2006).

dos povos que habitam os sertões semiáridos? Atuar pela prudência com o uso dos recursos é garantir a ‘cultura ecológica’ dos povos que habitam as Caatingas, e que concebem este Bioma não somente como base material de sua sobrevivência, mas sim, base imaterial, simbólica e de interação e pertencimento, de se compreenderem no mundo e dele fazer parte.

O Semiárido Brasileiro: Um território diverso de uma natureza complexa

O sertão traz consigo as marcas do processo colonizador das terras brasileiras, refletindo a linguagem do outro, do civilizado. Como enfatiza Almeida (1998, p.37), “era uma forma de nomear o desconhecido, expressando o pensamento do europeu sobre o novo continente. O sertão reforçava o distanciamento entre o eu e o outro”. O SAB é, portanto, um dos tantos ‘sertões’ presentes na territorialidade desse vasto país (MENDES, 2009).

Um território concebido como lugar de repulsa, de estranhamento, de hostilidade, cuja presença da Caatinga marca sua paisagem, vista como monótona e ao mesmo tempo, agressiva: “De tramas espinescentes”, “folhas urticantes” e “gravetos estalados em lança”, relata Euclides da Cunha, em *Os Sertões* (1991). Este ambiente tomado como hostil foi incorporado à nação brasileira em seu estado nascente, caracterizando a identidade sertaneja pela exclusão sócio territorial, ao ser concebido como um lugar habitado por sobreviventes, precariamente, os caatingueiros.

A presença da seca tem sido comunicada e representada de forma estereotipada, negativa e pejorativa, desqualificando esse território, sua natureza e suas gentes. Entretanto, há

uma relação interativa e de convivência com os regimes de signos, códigos e alternâncias entre a natureza e o sertanejo, nas condições do viver e sobreviver neste vasto território configurado pela irregularidade de chuvas. Água e território faz-se uma relação de territorialidade e de contradições (CARVALHO, 2012).

O Semiárido possui uma grande diversidade geográfica, histórica e cultural. A presença predominante do Bioma Caatinga é singular e torna este ecossistema específico no mundo, encontrado somente no Brasil. Entretanto, a Caatinga tem sido mostrada na literatura, nos materiais didáticos das escolas, nas imagens televisivas e documentais como um ambiente pobre, de poucas espécies animais e vegetais. Tais leituras, por sua vez, “desqualificaram a etnobioidiversidade da Caatinga”, afirma Marques (2005, p.77):

Um ecossistema brasileiro que não pode ser entendido como um local feio e inóspito, mas que traz uma beleza e riqueza peculiar, admirada, amada, pelas pessoas que vivem nesses espaços há séculos.

Os sentidos de natureza e território orientando os projetos de desenvolvimento, pesquisa e inovação nos territórios semiáridos

Os diferentes projetos de intervenção manifestam e expressam as ideologias e os diferentes sentidos de desenvolvimento territorial para o Semiárido ao longo da história da política pública brasileira. Os sentidos de natureza e de território na construção representativa de Semiárido demarcam que, desde o século XVII até início do século XX, o que predominava era a ‘natureza hostil’ e o ‘sertão seco e da fome’. Esta representação dada ao sertão semiárido foi muito presente nos materiais geográficos do século XVIII e

XIX, e narrado na literatura como um lugar ‘feito’, de ‘natureza morta’, ‘onde não se vive, mas vegeta-se’, e assim por diante. Formas de apresentar a paisagem sertaneja como adversa e inapropriada à sobrevivência digna de suas populações, mas, apenas homens e mulheres

rudes e ‘tostados pelo sol’ poderiam sobreviver a tal ‘natureza inóspita’ (CARVALHO, 2012). Abaixo, no Quadro 01 pode-se observar a síntese desses sentidos postos para a natureza e território semiáridos:

Quadro 01- Os sentidos de Natureza e de território Semiárido

Sentido da natureza “catastrófica”; Sentido de Semiárido: “Sertão seco e da fome”	Sentido de natureza “hostil”; Sentido de Semiárido: “Região problemática”	Sentido de natureza “favorável”; Sentido de Semiárido: “Território de vantagens comparativas”	Sentido de natureza “processo”; Sentido de Semiárido: “Território diverso, complexo e relacional”
Século XVII – fim do século XIX – início do XX	Todo século XX	Últimas décadas do século XX e início do século XXI	Últimas décadas do século XX e início do século XXI
Os primeiros registros de secas	Relações espaciais passam do regional para o centro do poder	Relações espaciais: local-global	Relações espaciais: local-global-local
Viajantes e cronistas visitam o “sertão”-elaboração de uma estereotipia	Criação das institucionalidades para consolidar a política do “combate à seca”: IFOCS (1909); DNOCS (1936)	Novas institucionalidades (novos atores sociais, novas políticas públicas, novas agências e órgãos estatais)	Novas institucionalidades (novos atores sociais, novas políticas públicas, novas agências e órgãos estatais). Surgimento e atuação das ONGs e dos movimentos sociais por “justiça ambiental”.
Relações espaciais entre o local com o poder central	Primeiras delimitações das áreas afetadas pela seca: Polígono das secas (1936 -1989)	“Corrente da reinvenção da natureza”: a semiaridez como vantagem através da cientifização e tecnificação	Ideia-projeto de Convivência com o SAB: propostas contextualizadas p/os diversos setores da vida (Educação, água, terra etc).
A “grande seca” (1877-1879): Ações de caráter emergencial, assistencial e pontual	Criação da SUDENE e Política de Planejamento Regional (1951-2001)	Superação política, simbólica e imagética com a política de “combate à seca”	Superação política, simbólica e imagética com a política de “combate à seca” via a mobilização e articulação em redes sócio-políticas.
Criação das Comissões Técnicas: início da lógica de “combate à seca”	Seleção e modernização da base técnica de algumas áreas e busca de superação da economia tradicional agropecuária	Aproveitamento das potencialidades de uso da Caatinga, da alta insolação, dos minerais, das energias alternativas (solar, eólica etc.).	Outra/nova relação com a natureza, uso e manejo dos recursos naturais considerando os limites e potencialidades dos ambientes semiáridos.

Fonte: CARVALHO, 2012

Nesse Quadro 01 observa-se que, a cada momento histórico foi se construindo um sentido de natureza associado à de território, que por sua vez, possibilitava emergir intervenções e atores sociais para efetivar os agenciamentos nas escalas espaciais, sejam estas do local para o regional-nacional, como foi o modelo dos séculos XVII até meados do século XX. O que se avalia é que nesse mosaico de sentidos, pretéritos e contemporâneos de natureza e de território, traduzem-se as intencionalidades, as relações de (re) apropriação tanto da natureza quanto do território. E mais, com o advento do ‘meio técnico-científico informacional’ (SANTOS, 1994, p.10), as técnicas e as dinâmicas territoriais específicas, foram inserindo o SAB no mundo, conforme um “sistema temporal coerente [...] e as suas relações com a realização histórica”. A contemporaneidade demarca o SAB por territórios imbricados e superpostos, configurando uma pluralidade, complexidade e que, estes diferentes sentidos podem tanto ser transitórios quanto em consolidação, uma vez que cada sentido guarda uma racionalidade de apropriação, que ora estão em disputa ou conformidade, e que a força de cada uma dessas racionalidades (a partir da mobilização e de articulação dos seus respectivos atores sócias envolvidos) irá marcar tanto continuidades quanto emergências; tradição e inovação; velhas institucionalidades e/ou a criação de novas institucionalidades.

Compreendemos estas racionalidades a partir do que Santos nos propõe acerca do sentido de território: “Território não é um dado neutro e nem um ator passivo” (2006, p.80). Os sentidos também são para além do político, pois o território emerge também como valor, como necessidade dos homens em estabelecer relações de pertencimento e de enraizamento, como nos diz Bonnemaïson (2002, p.10): “Os

homens tanto se fixam aos lugares que são seus ou se sentem expelidos do território”.

Com base nesses postulados dos autores citados, compreendemos que os diferentes sentidos de apropriação dos diversos atores sociais que atuam no Semiárido contemporâneo, o atravessam, qualificam e elaboram seus significados conforme a valoração dada à natureza semiárida, aportando suas demandas técnicas, econômicas, culturais, simbólicas, comunicacionais e imagéticas.

A Contemporânea Capitalização da Natureza Semiárida

O movimento contemporâneo de mudanças na percepção da natureza semiárida trilha na busca de superação do sentido de hostilidade, especialmente por diferentes setores da sociedade que passam a associar a política do “combate à seca” como um ícone das velhas institucionalidades. Emergem novos sentidos sobre essa natureza, dentre essas, destaca-se a corrente da “reinvenção”, mobilizada pelos novos atores sociais que trazem novos agenciamentos para o ordenamento regional/territorial, as novas políticas públicas que surgem e buscam consolidar outra/nova imagem do Semiárido no século XXI.

A “reinvenção da natureza”, segundo Almeida (1996) tem crescido no mundo a partir de uma interrogação da sociedade contemporânea, que, em um contexto de crise ambiental, busca novos sentidos de suas relações com o meio natural. A autora analisa que há em voga, especialmente com a emergência do discurso da biodiversidade, uma “descoberta” valorativa do natural, e aponta que essa corrente deve ser avaliada pelo importante papel desempenhado

pela cultura, sua transversalidade nos processos de resignificação que “reinventa” a natureza.

Almeida (1996), mais uma vez, corrobora para entendermos o contexto cultural dos grupos que “reinventam” a natureza, quais interesses se processam e quais visões de sustentabilidade se têm, uma vez que as formas pós-modernas do capital dão novos sentidos para as áreas que ainda predominam os recursos naturais da biomassa (como é o caso da Caatinga), de fontes energéticas (sol, vento etc.) com grande potencial de uso ainda não explorado.

Nessa corrente da “reinvenção” a base discursiva pauta-se pela eficiência econômica e vantagens comparativas para a exploração de novos nichos de mercado. Essa fundamentação legitima-se por meio de novos símbolos e novos ícones que tratam do ‘sertão positivo’, em superação à ideia de ‘natureza hostil’, de negatividade climática, de miserabilidade, dentre outros emblemas encrustados no imaginário social do ‘sertão seco e da fome’ ou da ‘região problema’, como analisou Carvalho (2012) e outros autores.

Sampaio (2002, p.27) disserta que as mudanças nas estruturas “arcaicas” do Semiárido são motivadas pela reestruturação do capitalismo cujo objetivo é manter o processo de acumulação, conforme os novos padrões recomendados pelos organismos internacionais. O autor analisa que estes organismos orientam para a exploração dos recursos naturais do território pelo mercado até, então, não incorporados, especialmente, os culturais e humanos, como novas estratégias de ‘combate à seca e à fome’. O mesmo autor avalia que emerge uma nova linguagem, novas formas de falar sobre os recursos naturais: “o subsolo, o sol, o vento, o turismo deve ser mercantilizado,

gerando negócios, ampliando as potencialidades de mercado local” (SAMPAIO, 2002, p.28).

Esse “novo”, segundo esse autor, elabora arranjos produtivos inéditos na economia possibilitando que uma “nova” elite política atue sobre as mentes, destacando às potencialidades da natureza, portanto, aquela natureza hostil já não é mais adequada aos “novos” tempos, ela se associa ao “tradicional” e suas “velhas políticas”. Além de formar uma elite de jovens empresários, que desde o final da década de 1970, idealizam uma nova imagem do território nordestino/semiárido, provocando um rompimento com os “coronéis”, ícones do “velho” e das institucionalidades responsáveis pelo atraso social regional nordestino. Portanto, retirar do poder o “famigerado coronelismo” e gerar um processo de administração pública empresarial, é, conforme Sampaio (2002), um ajustamento da ‘nova elite política’ objetivando com a superação da ideia congelada historicamente de que os Estados do Nordeste são pobres, secos e famintos empreender novos arranjos econômicos regionais. Enfim, a política abre-se uma gama de novas oportunidades que colocam agora a semiaridez como vantagem e requalificam esta natureza como “favorável”.

No entanto, a “reinvenção da natureza” apoia-se na tecnificação e na cientificação do uso dos recursos naturais, a partir de altos investimentos na organização de novos arranjos produtivos locais/territoriais, por meio da seleção de áreas viáveis para produzirem produtos atrativos no mercado global. Essas potencialidades e virtuosidades do Nordeste, no entanto, são alguns reduzidos territórios que podem ser postos como bem sucedidos.

Segundo Dantas, Aragão e Lima (2006), na virada do século XX para o XXI, as

fundamentações deterministas com base no clima para a região Nordeste mudaram para uma base de fundamentação econômica, cujos discursos midiáticos colaboram para a promoção do panorama inovador, que escamoteiam a fragmentação regional, subdivida em territórios bem sucedidos pelo turismo, pela carcinicultura, pela produção de flores ou de grãos; ou mesmo pelo artesanato e a agricultura irrigada.

Os autores destacam esses territórios bem-sucedidos economicamente: Em primeiro plano o litoral e suas zonas turísticas na Bahia, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Seguem-se as várzeas, os tabuleiros e os cerrados. Neste último, a força econômica sobressai para a produção de grãos nobres (em especial, a soja). E destacam também os sertões semiáridos com a cultura irrigada com base num alto investimento de capital e de tecnologia que garantem o sucesso econômico. Dentre estes territórios semiáridos, se evidencia os polos de produção de frutas irrigadas produzindo para a exportação de melão (RN), uva e manga, em Petrolina (PE), Juazeiro (BA) e no Cariri e Baixo Jaguararibi (CE).

Esse panorama demonstra que, o Nordeste avança como uma região em crescimento, mas de forma fragmentada, cujo campo político é estratégico e aglutinador deste novo discurso homogêneo e de desenvolvimento territorial diferenciado. E, pode se avaliar que, o Semiárido dentro desta lógica da aridez como vantagem mantém-se como área e não território incorporado, cuja perspectiva de sucesso pauta-se somente pelos altos investimentos da tecnociência na fruticultura irrigada, por exemplo, que produz 2,5 safras por ano de frutas no conhecido Vale do São Francisco, a 'Califórnia brasileira'. Tal panorama de sucesso nos remete a pensar que somente pela grande

irrigação e em algumas áreas do Semiárido pode-se ter o 'sertão que dá certo'.

A Convivência com o Semiárido e seu movimento de reapropriação social da natureza

No contexto contemporâneo da transição paradigmática de superação de uma racionalidade técnico-científica, cuja dominação da natureza e seus recursos naturais disponíveis se materializou na política do 'combate à seca' temos a emergência de uma racionalidade ambiental, que evoca a prudência/diálogo com a natureza e faz emergir a proposta da 'Convivência com o Semiárido Brasileiro'. Esta última vem sendo impulsionada, mobilizada e articulada pela sociedade civil e movimentos socioambientais do Semiárido e apoiada por alguns setores governamentais, desde os anos de 1980.

A convivência também é motivada pelo movimento global de reivindicação e valorização do território, com diferentes grupos em luta e defesa dos recursos materiais e imateriais disponíveis, como exemplo, o uso da biodiversidade, da água, dos minerais etc. (LEFF, 2006).

Diferentes práticas e programas que surgem nas comunidades rurais do Semiárido desenvolvem projetos sócios produtivos e ambientais calcados nos saberes acumulados pelas gerações, na cultura alimentar dos sertanejos, nos conhecimentos e saberes popular/tradicionais da flora e fauna da Caatinga. São expressões dessas novas formas de reapropriar os recursos naturais e culturais do Semiárido, que podemos dizer das possibilidades de se formatar nova e outra racionalidade, que chamamos de Racionalidade

Ambiental a partir dos pressupostos de Leff (2005; 2006). Essa racionalidade traz a ideia da reapropriação social da natureza, concebendo os recursos naturais como suportes para a sobrevivência material e simbólica no mundo das comunidades, bem como faz-se bandeira de luta pela justiça ambiental para o uso e acesso de forma ecocentrada e sustentável desses recursos naturais.

De acordo com Leff (2005), os grupos humanos desenvolvem uma cultura específica de preservação e de conservação dos recursos do seu território. O autor denomina de ‘cultura ecológica’, pois o que define essa relação é o sentido de gerar o equilíbrio do uso com as condições ecológicas existentes. Com base nessa ideia, podemos dizer que, nos territórios semiáridos essa cultura ecológica tem sido elaborada a partir da cultura da convivência com a semiaridez, manifestada na expressão de valorização da identidade, do enraizamento e do valor da Caatinga pelos sertanejos e sertanejas, que a apreendem como suporte de vida e de cultura e desse Bioma estabelecem uma relação de complexidade com seus contextos ecossistêmicos e existenciais no mundo.

A biodiversidade da Caatinga pela reapropriação social, gera o uso produtivo de determinadas plantas nativas, tais como, o umbu e o maracujá-do-mato, que cada vez mais tornam-se carros-chefes da produção de doces, geleias, sucos e polpas pelas várias organizações sociais (associações e cooperativas, rede de mulheres etc.). Tais empreendimentos movidos pela agricultura familiar, de base orgânica e certificada, desenvolvem práticas sócio produtivas dimensionando não somente novas formas de geração e ampliação da renda da família rural, mas trazem a valorização socioambiental e simbólica do Bioma Caatinga.

Importante que as pesquisas trilhem no mapeamento das diversas práticas educativas e organizacionais contextualizadas que têm promovido e valorizado a manutenção da ‘cultura da convivência’ e compreendam a relação entre o valor material e imaterial que essas populações rurais tradicionais ou não têm dado ao uso dos recursos naturais do Semiárido, uma vez que a identidade, os laços com esse território etc., dimensionam o trabalho e a vida dessas comunidades sertanejas.

Essa ‘cultura ecológica’ (ALMEIDA, 2008; LEFF, 2005) portanto, é o suporte comunicacional entre povos e natureza, cujos significados e usos atribuídos aos ambientes naturais são particulares por meio da construção de um conjunto de práticas coerentes para pensar, relacionar e utilizar a dimensão natural do território. Isso leva a compreender que, as comunidades sertanejas são portadoras de uma gestão socioambiental interativa e construtivista com a natureza semiárida, e que os recursos naturais são a base imaterial da cultura e dos valores identitários associados aos territórios de vida e trabalho dessas populações.

Outra noção posta na pesquisa é a territorialidade, fundamentada nos autores Bonnemaision (2002) e Almeida (2005) de que essa é uma construção de pertencimento, resultante das referências espaciais e simbólicas dos homens com seu território. Essa dimensão subjetiva pode ser apreendida na compreensão do esforço coletivo dos atores da “Convivência” para valorar positivamente o território Semiárido via as falas, documentos e um conjunto de práticas sócio produtivas, educativas e organizacionais presentes em várias partes desse território, mediados ou não pelas organizações não governamentais e redes sociopolíticas.

Para Carvalho (2010), a reapropriação social que está em curso no SAB faz-se um movimento das comunidades rurais tradicionais ou não, na apropriação e na transformação de seus recursos ambientais, cujo potencial econômico sustentável da Caatinga ancora-se no princípio de “equidade na diversidade”, que implica desse modo, na autonomia cultural de cada comunidade, cuja autodeterminação de suas necessidades e a autogestão do potencial ecológico desse Bioma é posto como forma geradora de outro/novo desenvolvimento territorial.

Essa perspectiva da produção pela ‘Convivência’, analisa Carvalho (2010) tem reorganizado a agricultura de sequeiro, cujo calendário produtivo passa a ser assentado nas possibilidades e disponibilidades dos recursos naturais ofertados nos tempos verdes e tempos secos da Caatinga. Esse calendário orienta-se, portanto, numa lógica de ‘bom uso’ da natureza semiárida, considerando-se que os elementos (água, matéria orgânica, etc.) são limitados no tempo e no espaço, mas dependendo da própria dinâmica dessa natureza, podem ser bem ofertados no ambiente em um período de 4 a 6 meses (tempo verde) e ampliados por meio da ‘cultura do guardar’ para serem usados ao longo de um maior período, que coincide com o período de estiagem (tempo seco).

Segundo Carvalho (2010, p.209):

Essas novas cotidianidades e territorialidades elaboradas pelas práticas e programas sócio produtivos geram mudanças, pela produção imaterial que os sertanejos passaram a empreender baseados nas práticas de coletividade, comunitárias e associativas. E, ainda trata-se da geração de saberes e conhecimento por meio da contextualização, uma metodologia educativa que apreende o contexto geoambiental, histórico e simbólico-cultural do semiárido como a referência tempo-espaço do sujeito consigo e com o mundo.

A ‘Cultura do guardar’ para a promoção do ‘bom uso’ da natureza semiárida

O sentido ético do “bom uso” da natureza liga-se ao princípio da prudência, um princípio herdado da filosofia dos Gregos clássicos, o qual, mesmo com a Modernidade, se mantém na concepção predominante de natureza” (LARRÈRE, 1997, p. 270). Como afirma a autora citada, “o bom uso da natureza é um comprometimento com as gerações futuras e obriga a sociedade a ter em conta a forma de seus atos presentes e como estes comprometem o futuro” (idem).

Diante do exposto, avalia-se que o ‘bom uso da natureza’ é a prudência diante dos riscos não conhecidos, que também atua na consciência da condição do homem como ser ligado à natureza. Como afirma Larrère (1997, p.271), “nós somos muito mais da natureza do que ela é nossa”. A valorização do homem com a natureza parte do processo contextual da experiência desses com seu território mais imediato. Daí a importância de se fazer conhecer o Bioma Caatinga em sua diversidade ecossistêmica e geohumana nas escolas dos territórios semiáridos por meio de uma Educação Contextualizada. Um campo educacional aberto e promissor de pesquisas na área do Currículo, da Formação Docente, além de um campo ainda mal explorado, que é a criação de materiais didáticos e paradidáticos que contextualizem a Caatinga e rerepresente-a como um lugar cheio de cores, sabores e vida.

Desse modo, as pesquisas podem contribuir para o mapeamento das expressões ao longo do tempo na ‘cultura do guardar’ desenvolvidas pelos sertanejos, como exemplo, o ‘guardar a água’ como segurança hídrica. Tal proposta tem sido elencada pela rede ASA³ como uma das linhas de frente da proposta

3 Articulação no Semiárido Brasileiro.

da Convivência, pautada no acesso e na democratização da água no Semiárido por meio dos Programas⁴ P1MC e P1+2 como formas de garantir a água de consumo humano e para a produção (ASABRASIL, 2009). Importante avaliar os limites desses programas como ações universais, os impactos já observados como formas exitosas dos mesmos, em especial, diante da última seca (2011-2013), o impacto das cisternas na vida das mulheres e na cotidianidade das populações rurais; Ou como a presença das cisternas ampliam as possibilidades de vida das comunidades para empreenderem projetos produtivos, ampliação de renda, de aquisição de equipamentos, de aparelhos eletrônicos, de acesso à rede de ensino, de saúde, de transportes e de comunicação etc. Enfim, há um mapeamento em aberto para se identificar as possibilidades geradas pelos programas hoje, aglutinados e motivados em torno da produção pela convivência.

Outras pesquisas também podem ser pautadas, em especial nas Ciências Humanas, ligadas às questões socioculturais, de gênero, de diversidade, de formação e mobilização social dos grupos humanos que habitam os sertões semiáridos, apreendendo a mobilização comunitária, a cooperação entre os agricultores familiares, a formação de lideranças, a produção e manutenção de saberes tradicionais e populares em torno da relação homem e natureza, cultura e território.

Enfim, há um leque de temas e ações em aberto que podem ser transformados em pesquisas nos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação das Ciências Humanas, além de todo um conjunto de estudos nas Ciências Naturais,

sejam estas agronômicas, biotecnológicas etc.

Tais pesquisas ao tematizarem a reapropriação social da natureza contribuirão para a ressignificação do rural como território de vida, trabalho e de cultura dos povos camponeses, possibilitando denotar outra forma de inserção do Semiárido Brasileiro no contexto mundial, por meio da lógica de produção identitária e ecocentrada, pela racionalidade ambiental proposta pela Convivência.

Considerações Finais

A inserção do Semiárido no contexto da globalização é promovida pela tecnificação e cientificação da agricultura irrigada calcada no grande capital nacional e internacional, que mantém o modelo de desenvolvimento pelo uso intensivo de água, de energia elétrica, de mão de obra precarizada, de insumos químicos. Enfim, essa lógica que faz com que chegue à mesa de um japonês ou alemão as mangas e uvas do Vale do São Francisco, confrontando com a lógica da agricultura familiar, que também faz chegar à mesa de um francês ou suíço as geleias e doces de umbu ou de maracujá-do-mato feitos numa mini-fábrica de Uauá ou de Canudos ou de Remanso pelas mãos das mulheres sertanejas.

Temos no Semiárido Brasileiro lógicas distintas de apresentá-lo ao mundo e fazê-lo participar da ‘ Globalização perversa’, como nos disse o grande geógrafo Milton Santos. Mas, ao analisarmos a inserção do Semiárido promovida pela Convivência via a reapropriação social da natureza, pautada na lógica solidária e sustentável, outra globalização pode ser acionada e que as pesquisas podem colaborar para sua construção e efetivação.

4 P1MC, Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais; P1+2, Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido: Uma Terra e Duas Águas (P1+2).

Enfim, devemos considerar toda a complexidade que envolve os territórios semiáridos. Mais do que utilizar os recursos naturais de forma sustentável, é preciso determinar critérios de seu uso: Pesquisar para o quê? Pesquisar para quem? Nesse sentido, o lema “aprender a conviver” que algumas ONGs usam em seus materiais, nos indica que se faz preciso rever comportamentos e atitudes diante da natureza. Aqui defendemos a ‘cultura ecológica’ do ‘bom uso’ da natureza semiárida, cujo método já conhecido por gerações sertanejas se dá pela ‘cultura do guardar’.

As pesquisas uma vez orientadas pela contextualização nos apresentam grandes possibilidades de garantir a interação dos saberes da contemporaneidade imbuídas da racionalidade ambiental, tais como, a sustentabilidade e a ética ambiental, com os saberes da tradição, caracterizada pelas manifestações, valores e práticas de convivência dos sertanejos e sertanejas com a natureza semiárida passadas de geração para geração. Estaremos aí, mediando os caminhos da resignificação dos valores identitários dos territórios semiáridos? Desejamos acreditar que sim.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. G. **Projeto biotecnologias e a gestão participativa da biodiversidade na caatinga e no cerrado - Estudos de caso de instituições e de saberes locais na caatinga e no cerrado brasileiro**. Goiânia, GO: UFG/Instituto de Estudos Socioambientais e Institut de Recherche et Développement, 2008.
- _____. Em fronteiras, territórios e territorialidades. **Revista da ANPEGE**, nº 2, 2005
- _____. Em busca do poético do sertão. **Revista Espaço e Cultura**, UERJ, Rio de Janeiro, Nº 6, p.:35-45, jul./dez. de 1998.
- _____. **Ecologia, capital e cultura**. Racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Blumenau: Editora da FURB, 1996.
- ASABRASIL. Vamos nos mobilizar. 2ª edição. Recife (PE): ASABRASIL, 2005.
- _____. Caminhos para a convivência com o semiárido. Recife (PE): ASABRASIL, 2009
- BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORREA R. ROSENDHAL, Z. (Org.). **Geografia cultural**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002
- CARVALHO, L. D. **Natureza, Território e Convivência**. Jundiaí, Paco Editorial: 2012
- _____. **Ressignificação e Reapropriação Social da Natureza: Práticas e Programas de ‘Convivência com o Semiárido’ no Território de Juazeiro (Bahia)**. 2010. São Cristóvão, Sergipe: Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, 2010, 342p (Tese, Doutorado em Geografia).
- CUNHA, E. **Os sertões**. Campanha de Canudos. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1991.
- DANTAS, E; ARAGÃO, R. F; LIMA, E. L. **Nordeste Brasileiro Fragmentado: de uma região com bases naturais a uma fundamentação econômica**. In: SILVA, J.B; DANTAS, E.W; ZANELLA, M.E. e MEIRELES, A. J. (Orgs). Litoral e Sertão, natureza e sociedade no nordeste brasileiro. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006 (p.23-44)
- LARRÈRE, C. R. **Do bom uso da natureza: para uma filosofia do meio ambiente**. Lisboa – Portugal: Instituto Piaget, 1997. Coleção Perspectivas Ecológicas, nº 30
- LEFF, E. **Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** 4^a - Ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2005

MARQUES, J. Ecologia de homens e mulheres do semiárido. In: MARQUES, Juracy (org). **Ecologia de homens e mulheres do semiárido.** Paulo Afonso (BA): Editora Fonte Viva, 2005.

MENDES, G F. **Sertão se traz na alma?** Território/lugar sertão nas filigranas da memória e das representações sociais. 2009. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe. Núcleo de Pós-Graduação em Geografia/NPGEO. São Cristóvão, Sergipe, 2009